

REFORMA UNIVERSITÁRIA: contribuições da FENAJ, FNPJ e SBPJor

Brasília, outubro de 2004

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS – FENAJ

<http://www.fenaj.org.br>

FÓRUM NACIONAL DOS PROFESSORES DE JORNALISMO - FNPJ

<http://www.professoresjornalismo.jor.br>

SOCIEDADE BRASILEIRA DOS PESQUISADORES EM JORNALISMO – SBPJOR

<http://www.sbpjor.org.br>

APRESENTAÇÃO

O modelo de ensino superior vigente no país está em descompasso com os desafios de nosso tempo porque apresenta uma estrutura obsoleta, padece da falta de recursos suficientes para ensino, pesquisa e extensão - o tripé que traduz a missão e os objetivos da educação universitária brasileira - enfrenta carência de pessoal docente e técnico-administrativo e cada vez mais, devido às rápidas transformações porque vem passando o mundo contemporâneo, seus currículos e programas se tornam pouco adequados às necessidades de nossa sociedade, quando não obsoletos.

As principais causas destas falhas do modelo atual, no nosso entendimento, estão na ausência, em primeiro lugar, de uma definição clara de que a Universidade esteja vinculada a um processo de emancipação nacional, envolvendo a produção do conhecimento, da ciência, tecnologia, cultura (no seu sentido mais amplo) e valores humanísticos como forma de superação da dependência econômica e de estímulo ao desenvolvimento com uma distribuição mais eqüitativa das riquezas produzidas. Em segundo lugar, na ausência de uma tradição, no caso dos cursos de graduação, de um marco regulatório e de órgãos e processos que consigam garantir uma fiscalização eficaz da qualidade do ensino superior oferecido em nosso país.

Nosso modelo atual de Universidade, que é por demais afetado pela proliferação sem controle de estabelecimentos privados, muitas vezes sem condições de oferta de ensino de real qualidade, evidencia o descompromisso do Estado, até aqui, com a expansão da rede pública federal de ensino. Ao longo da última década, o crescimento da oferta de vagas no ensino superior deu-se de forma majoritária no setor privado, que responde por cerca de 70% das matrículas existentes. Nestas instituições, como o próprio Ministério da Educação reconhece, quando defende a criação de uma regulamentação específica, existe pouco ou nenhum compromisso social em atender aos direitos da sociedade de acesso a uma educação superior qualificada. É de se ressaltar, ainda, que a educação brasileira carece de investimentos nos ensinos básico e médio para ao menos minorar problemas que terminam por se evidenciar ou se agravar no ensino superior.

Por isso, a FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas), o FNPJ (Fórum Nacional de Professores de Jornalismo) e a SBPJor (Sociedade Brasileira dos Pesquisadores em Jornalismo) entendem como necessária e urgente uma reforma universitária que venha dar conta de resgatar o justo e imprescindível papel da Universidade brasileira. Ao mesmo tempo, expressam aqui suas preocupações mais gerais de que esta reforma não

pode agravar a já evidente e crescente mercantilização do ensino nem tampouco deixar de exigir que o Governo Federal assumira seu compromisso de, por um lado, aumentar o acesso ao ensino superior na rede pública e, por outro, criar os mecanismos necessários para garantir a qualidade do ensino oferecido nas instituições da rede privada.

Entre outras preocupações mais detalhadas e específicas no que se refere às diretrizes até aqui divulgadas pelo Ministério sobre o teor do projeto ora em elaboração, adiantamos, por enquanto, o temor com a possibilidade do retorno do ciclo básico como um dos futuros eixos bases da proposta que o Governo pretende enviar ao Congresso Nacional. No caso específico dos cursos de jornalismo, mas possivelmente em todos campos do conhecimento, dependendo da forma como seja regulamentado, o ciclo básico pode vir a ser um retrocesso. A obrigatoriedade do ciclo básico dificilmente conseguiria suprir lacunas em termos de formação básica geral e humanística e poderia acabar prejudicando a específica, conquistada como resultado de lutas históricas ao longo dos últimos 30 anos e que é essencial a cada curso universitário. Esperamos, a partir desta manifestação, aprofundar o debate em espaços e fóruns a serem acordados e que o nosso ponto de vista, como profissionais, professores e pesquisadores, seja de algum modo contemplado quando da redação final do projeto.

PRIORIDADES PARA A REFORMA

Com estes entendimentos e preocupações, defendemos que esta reforma contemple o aumento de investimentos no setor público - ou seja, que defina de modo claro as fontes de financiamento da Universidade Pública - que concentra a maioria da produção científica e intelectual do País- e ao mesmo tempo, possibilite o exercício pleno da autonomia universitária. Esta reforma precisa, também, contemplar a regulamentação de mecanismos que permitam uma melhor avaliação das instituições de ensino superior, para garantir a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Além de mais investimentos nas instituições públicas, com a criação de novas universidades, principalmente no interior de estados pouco contemplados até aqui, e valorização dos professores e funcionários, esperamos que esta reforma promova condições para que a Universidade brasileira – seja pública ou privada - desenvolva estudos, pesquisas e projetos destinados a colaborar para a redução dos problemas sociais do país, contribua para o desenvolvimento brasileiro e especialmente, continue e amplie seu papel de formação e de produção do conhecimento.

Para tanto, defendemos um modelo de ensino associado à realidade brasileira, atendendo, em especial, as áreas menos desenvolvidas e os segmentos sociais mais carentes. Neste sentido, é necessário que a reforma

aponte, também, para a abertura dos espaços físicos das universidades à sociedade.

Destacamos, como pontos a igualmente serem privilegiados nesta reforma, a universalização do acesso à universidade e a ampliação de vagas nas instituições públicas, possibilitando melhores condições de entrada no ensino superior para os alunos carentes e egressos das escolas públicas.

CONTRIBUIÇÕES DO CAMPO DO JORNALISMO

Os profissionais vinculados ao campo do jornalismo, através da FENAJ, FNPJ e SBPJor, apresentam estas posições com base em acompanhamento e debate constantes em relação ao ensino. Constituímos, com certeza, um dos campos profissionais que mais se envolve com a sua formação, cujo pilar principal é a graduação em curso específico de nível superior. E a qualidade desta formação sempre foi uma das grandes preocupações e aspirações dos jornalistas, tanto dos profissionais que atuam no chamado mercado quanto daqueles que exercem a docência em jornalismo.

A FENAJ e seus mais de 30 Sindicatos filiados em todo o país, o FNPJ e a SBPJor têm trabalhado de forma contínua para fomentar a formulação e o debate acerca das questões da educação, como também para propor e desenvolver ações visando contribuir e participar ativamente da construção da qualidade da formação em jornalismo.

Trata-se de uma prática histórica destes profissionais. Tem sido expressamente evidenciada ao longo dos últimos 80 anos. Começou ainda no início do século passado, quando os jornalistas brasileiros passaram a reivindicar que a formação em jornalismo ocorresse em curso universitário. Os primeiros cursos foram implantados na década de 40 e em 1969, os jornalistas conquistaram uma regulamentação da profissão que incluísse a exigência de diploma universitário para o registro profissional.

A partir destas conquistas, ao longo dos últimos 30 anos, cresceu a preocupação dos profissionais do campo do jornalismo com a qualidade da formação. Cada vez mais, os jornalistas têm participado do debate, da formulação e das ações visando a qualificação do nosso ensino. Um momento significativo desta atuação aconteceu em 1997, com a promoção, pela FENAJ, de um Congresso Nacional dos Jornalistas extraordinário, para tratar justamente da qualidade da formação. O Congresso lançou as bases de um Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação Profissional em Jornalismo.

Hoje, este Programa conta com diversos signatários na área da comunicação e apoiadores que auxiliam na sua implementação, entre os quais destacam-se o FNPJ e a SBPJor. Várias escolas de jornalismo têm baseado suas reformulações curriculares no Programa. E os projetos piloto

de estágio acadêmico em jornalismo, propostos pelo Programa, já estão sendo desenvolvidos em diversos estados, através de trabalho conjunto entre escolas, professores, estudantes, sindicatos e inclusive empresas e organismos de comunicação.

Em 1999, entre outras ações buscando contribuir com a qualidade da formação, profissionais jornalistas, estudantes, professores e pesquisadores do jornalismo, representantes de todas as regiões do país, realizaram, em Campinas, o histórico Seminário das Diretrizes Curriculares, sob o comando da FENAJ e do FNPJ. O seminário formulou uma proposta completa de Diretrizes Curriculares para o campo, que mesmo sem ser aproveitada na íntegra pelo MEC, garantiu a inclusão de pontos importantes na elaboração das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Comunicação. A manutenção da formação específica por habilitações nas Diretrizes Curriculares aprovadas em 2001 contribuiu, de forma decisiva, para a definição, pelas Comissões de Especialistas responsáveis, das condições de Oferta dos Padrões de Qualidade para os cursos de jornalismo, que, entre outros aspectos, consideram o ensino como indissociável tanto da pesquisa, quanto da extensão.

O esforço empreendido pelos profissionais desde o histórico encontro de Campinas e a formulação, pelos especialistas, de Padrões de Qualidade compatíveis com as demandas do campo do jornalismo têm permitido que o espírito da proposta formulada naquele seminário venha sendo encampado em muitas reformulações curriculares e na elaboração de currículos de novos cursos em todo o país, além de ter permitido a criação de critérios técnicos de alto padrão para avaliar os cursos em funcionamento. Neste momento, quando o Governo Federal está elaborando uma proposta de reforma, que terá como um dos seus aspectos o sistema de avaliação, esperamos que esta rica experiência seja aproveitada, principalmente quando da construção de parâmetros para autorização e reconhecimento de cursos de jornalismo.

E temos envolvimento de tal envergadura porque nós, jornalistas, professores e pesquisadores do campo, entendemos que o cumprimento da função social do jornalismo – disponibilizar para a sociedade informação ética, de qualidade e democrática, que atenda ao interesse público – também depende de uma formação profissional qualificada.

Por fim, ressaltamos nosso entendimento de que a reforma universitária em marcha precisa passar por um verdadeiro processo de legitimidade social, com a participação de toda a sociedade organizada. Por termos esta compreensão, acreditando que dela depende o seu pleno sucesso, solicitamos que os profissionais vinculados ao campo do jornalismo, através da FENAJ, FNPJ e SBPJor, continuem e ampliem sua participação neste processo.

Esperamos que as linhas gerais aqui expressas possam contribuir com o projeto ora em elaboração pelo MEC e que os representantes destas três entidades sejam ouvidos pelo Ministério e possam efetivamente colaborar

para que a reforma universitária traduza os anseios e necessidades da sociedade brasileira.

Brasília, 21 de outubro de 2004

Elias Machado
Presidente da SBPJor

Gerson Martins
Presidente do FNPJ

Sergio Murillo
Presidente da Fenaj